



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Registro: 2015.0000234622

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 0015859-43.2011.8.26.0302, da Comarca de Jaú, em que é apelante/apelado ALEX PEDROSO (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA), são apelados/apelantes ADRIANA CAMPOS BARBIERI (JUSTIÇA GRATUITA), BIANCA SABRINA BARBIERI DA SILVA (JUSTIÇA GRATUITA) e JONATHAN FELIPE BARBIERI DA SILVA (JUSTIÇA GRATUITA) e Apelado SERGIO AFOLOTI (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA).

ACORDAM, em 36ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso do corréu Alex. Deram provimento aos recursos de apelação interpostos pela coautora, Imaculada, e adesivo dos demais coautores. V.U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores WALTER CESAR EXNER (Presidente sem voto), JAYME QUEIROZ LOPES E ARANTES THEODORO.

São Paulo, 9 de abril de 2015

GIL CIMINO

RELATOR

Assinatura Eletrônica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

**Apelações números 0015859-43.2011.8.26.0302 e
0011999-34.2011.8.26.0302**

Apelantes: Alex Pedroso, Adriana Campos Barbieri, Bianca Sabrina Barbieri da Silva, Jonathan Felipe Barbieri da Silva e Imaculada Conceição Carnevale

Apelados: Alex Pedroso, Adriana Campos Barbieri, Bianca Sabrina Barbieri da Silva, Jonathan Felipe Barbieri da Silva, Imaculada Conceição Carnevale e Sergio Afoloti

Comarca: Jaú – 3ª Vara Cível

Acidente de trânsito. Vítima fatal – pai, filho e cônjuge dos autores, respectivamente. Culpa do corréu – Alex -, incontroversa. Valores da indenização e da pensão mensal bem fixados. Proprietário do veículo – Sérgio -, que deve responder solidariamente pelos danos. Sentença reformada apenas para este fim. Recurso do corréu Alex negado. Providos os recursos de apelação interpostos pela coautora, Imaculada, e o adesivo dos demais coautores.

Voto nº 4516

Trata-se de recursos de apelação e adesivo (este interposto por Adriana Campos Barbieri, Bianca Sabrina Barbieri da Silva e Jonathan Felipe Barbieri da Silva), interpostos contra a sentença proferida pela MMª. Juíza de Direito Daniela Almeida Prado Ninno que, decidindo conjuntamente duas ações de indenização decorrentes de acidente de trânsito, as julgou parcialmente procedentes, afastando a responsabilidade de Sérgio – proprietário do veículo causador do acidente -, e condenando o motorista, Alex, **“ao pagamento de indenização por dano material a requerente Adriana no valor de R\$ 1.130,00 (...); pensão mensal aos requerentes Adriana, Bianca e Jonathan equivalente a 0,79 salários mínimos (...); e de indenização por danos morais (...) no valor de sessenta salários mínimos**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

da época do fato para cada um e no valor de quarenta salários mínimos da época do fato a requerente Imaculada (...)” (fls.108).

Tanto a Autora Imaculada – mãe do falecido -, quanto os coautores Adriana, Bianca e Jonathan – respectivamente, esposa e filhos da vítima, e estes mediante recurso adesivo -, pretendem a inclusão de Sérgio na condenação, em razão de ser o legítimo proprietário do veículo que era conduzido por Alex.

Este, por sua vez, alega que Imaculada não faz jus à indenização fundada nos danos morais e, em relação aos demais coautores, acena com a excessividade dos valores fixados a este título e também a título de pensão mensal.

Recursos tempestivos e respondidos apenas por Sergio Alofoti.

Recorrentes beneficiários da Justiça Gratuita.

Parecer da Procuradoria de Justiça pelo provimento aos recursos dos Autores e pelo não provimento à apelação de Alex.

É o relatório.

A questão da culpa pelo acidente que vitimou o pai, filho e cônjuge dos Autores restou incontroversa, porquanto Alex não se insurgiu contra o seu reconhecimento.

Neste recurso se decidirá a respeito da responsabilidade de Sérgio pelo acidente, na condição de proprietário do veículo, e dos valores fixados a título de indenização e pensão mensal.

No tocante ao primeiro ponto, inarredável a

responsabilidade do proprietário do veículo pelo infortúnio, consoante melhor interpretação do disposto no artigo 942 do Código Civil, de onde se orienta a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

“Em matéria de acidente automobilístico, o proprietário do veículo responde objetiva e solidariamente pelos atos culposos de terceiro que o conduz e provoca o acidente, pouco importando que o motorista não seja seu empregado ou preposto, ou que o transporte seja gratuito ou oneroso, uma vez que sendo o automóvel um veículo perigoso, o seu mau uso cria a responsabilidade pelos danos causados a terceiros. Provada a responsabilidade do condutor, o proprietário do veículo fica solidariamente responsável pela reparação do dano, como criador do risco para os seus semelhantes.” (REsp n. 577.902/DF, relator Min. Antonio de Pádua Ribeiro).

Para elidi-la não bastaria somente afirmar que não autorizara Alex a dirigir seu veículo.

De efeito, Alex, seu genro e com o qual residia na época do fato, não possuía habilitação, mas sempre conduzia o veículo, não obstante sem a permissão de Sérgio, como afirmara uma testemunha.

Ciente do seu comportamento reiterado, Sérgio deveria cuidar para que as chaves do veículo não ficassem a sua disposição, guardando-as em local seguro de forma a zelar para que episódios como o que fundamentou ambas as ações não ocorressem. Ao ignorar essa segurança, assumiu o risco de sua desídia, devendo ser responsabilizado.

Em relação aos valores da indenização e da pensão



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

mensal a sentença não merece reparos.

A dor, a angústia, o sofrimento, dentre outros bens abstratos, intrínsecos à personalidade humana, são de difícil valoração monetária, mas passíveis ao menos de serem indenizados mediante auxílio dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, porque difícil mensurar a extensão causada pela perda inexorável do ente querido.

No caso em comento, o valor fixado pelo Juízo monocrático se coaduna com os sobreditos critérios, mormente porque foram consideradas, também, a capacidade econômica das partes e a conduta do faltoso, que desrespeitou a sinalização indicativa de pare e não possuía habilitação.

Fora considerada, igualmente, a imprudência da vítima - passageira do veículo conduzido por Alex -, que não estava utilizando o cinto de segurança, o que a levou ser arremessada do automóvel quando da colisão.

E evidente que a genitora do falecido faz jus à indenização, embora em menor montante do atribuído aos filhos e à esposa, porquanto inarredável a dor da perda de um filho, sendo que a ordem natural seria a morte daquela preceder a dele.

Por fim, no tocante à pensão mensal, correto o valor fixado, porque o falecido era pedreiro e, malgrado não estivesse trabalhando formalmente à época do acidente, os autores trouxeram a lume holerite referente ao seu último emprego, no qual consta que percebia a renda mensal bruta de aproximadamente R\$ 1.000,00.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Este montante pode perfeitamente ser aplicado como parâmetro, sendo certo que mesmo trabalhando sem registro deveria auferir rendimento próximo àquele.

Ademais, o Juiz sentenciante adequou a quantia a ser paga à realidade dos fatos – imprudência da vítima -, reduzindo-a a 70% do total de 2/3 sobre o valor anteriormente mencionado.

Desse modo, apenas aos recursos dos autores é dado provimento para incluir na condenação o corréu Sérgio, que deverá responder solidariamente pelos danos por eles experimentados.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso do requerido Alex, e dou provimento à apelação da autora Imaculada e ao recurso adesivo dos demais autores.

GIL CIMINO

Relatora